

**Melhorias sociais no estado de
São Paulo: 2004 a 2008**

Waldir Quadros

**Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 184, outubro 2010.**

ISSN 0103-9466

Melhorias sociais no estado de São Paulo: 2004 a 2008

Waldir Quadros *

O comportamento da estrutura social paulista condensa de forma aguda os dilemas, impasses e potencialidades da sociedade brasileira. E isso, entre outras razões, porque ele reflete integralmente os efeitos perversos que a ausência de um padrão de desenvolvimento auto sustentado provoca nas estruturas econômicas mais complexas, diversificadas e desenvolvidas do país.

Como sabemos, um dos aspectos centrais deste fenômeno reside na crise que se abate sobre a indústria e suas ramificações setoriais.

Sem pretender aqui reconstituir todos os passos deste longo processo é importante retermos seus principais traços. Um aspecto antecedente, porém decisivo, é a privatização do Estado, que avança durante o regime militar com os interesses dominantes se incrustando nas principais instâncias decisórias do gasto público. Igual relevância assume a gestação da ciranda financeira já nos primeiros sinais de debilidade do “milagre” econômico, na segunda metade dos anos setenta, facultando a valorização da riqueza fora da produção. Por sua vez, a estagnação dos anos oitenta junto com a aceleração inflacionária provoca a letargia tecnológica e produtiva, com o crescimento do desemprego aberto.

A atabalhoada abertura comercial (e financeira) dos anos noventa, seguida de juros elevados e câmbio valorizado, completa o quadro de dificuldades que se abate sobre a indústria doméstica, incapaz de enfrentar a concorrência estrangeira em condições tão desfavoráveis.

Como resultado, inúmeras fábricas encerram suas atividades, abrem-se sérias lacunas nas cadeias produtivas e as empresas sobreviventes adotam estratégias eminentemente defensivas, ganhando peso atividades de menor sofisticação e conteúdo tecnológico. Avançam a desnacionalização, concentração e centralização do capital. Agravam-se violentamente o desemprego e a precariedade no trabalho, em condições de ampla e perversa rotatividade no emprego.

Vai na mesma direção o profundo processo de privatização das empresas produtivas estatais, o que também implica no estreitamento da capacidade de regulação do estado.

(*) Professor colaborador do Cesit – Centro de Estudo Sindicais e de Economia do Trabalho e do Instituto de Economia da Unicamp. Nossos agradecimentos à colaboração do Professor Dr. Alexandre Gori Maia.

Tal como realizamos em âmbito nacional,¹ a análise da performance social paulista toma como pano de fundo o longo período de dificuldades que se observa a partir de 1981, e se detém com mais vagar no recente ciclo de crescimento econômico mais expressivo que vai de 2004 a 2008. Os estudos sobre a crise de 2009 e a recuperação que se inicia já em 2010 ficarão para quando as respectivas PNADs estiverem disponíveis.

1 A evolução das oportunidades ocupacionais

Em nosso entendimento, o ponto de partida na análise da estrutura social localiza-se no exame da estrutura ocupacional individual, isto é, nas condições de acesso às distintas oportunidades que o desenvolvimento e a divisão social do trabalho abrem para se obter uma fonte de remuneração.

Assim sendo, a metodologia de estratificação social dos indivíduos ocupados que construímos contempla tanto as ocupações e situações ocupacionais como os rendimentos auferidos nas mesmas. Como é usual, adotamos várias faixas de rendimentos para segmentar os indivíduos ocupados. Entretanto, naquilo que é fundamental, a definição destas faixas não partiu de critérios meramente estatísticos, mas tomou como referência a inclusão de ocupações típicas de cada estrato, tal como se apresenta no Brasil.

Em poucas palavras, os limites das faixas foram estabelecidos de modo a contemplar o núcleo representativo das ocupações que *a priori* considerou-se que deveriam constar das mesmas. Se tomarmos os docentes como exemplo, *por definição* os professores de ensino superior situam-se na alta classe média; os professores do ensino secundário na média classe média e os professores do ensino fundamental na baixa classe média.²

A partir destes critérios, adotamos as faixas de rendimentos individuais **declarados** à PNAD a seguir apresentadas, associando de forma impressionista a cada uma delas um determinado “padrão de vida” característico de seus integrantes.³

(1) Cf. *Melhorias sociais no período 2004 a 2008* (Texto para Discussão, IE/Unicamp, n. 176, maio 2010). Disponível em: www.eco.unicamp.br.

(2) A metodologia completa pode ser acessada em www.eco.unicamp.br na série Texto para Discussão, IE/Unicamp, n. 147 e n. 151. Merece menção o entendimento da **renda declarada** como uma forma de **representação social**.

(3) Como temos enfatizado nas apresentações metodológicas, entendemos que pela sua própria natureza de inquérito domiciliar a PNAD não contempla a representação social das pessoas ricas. Por esta razão, a pirâmide vai apenas até a alta classe média.

Faixas de rendimentos*	“Padrões de vida”
Acima de R\$ 3.177	Alta classe média
R\$ 1.588 a R\$ 3.177	Média classe média
R\$ 635 a R\$ 1.588	Baixa classe média
R\$ 317 a R\$ 635	Massa trabalhadora
Abaixo de R\$ 317**	Miseráveis

* valores em outubro/2008, deflator: INPC corrigido, IPEA.

** o valor real do salário mínimo em janeiro de 2004, atualizado.

A estratificação dos indivíduos ocupados no estado de São Paulo desde 1981 a 2008 é apresentada na Tabela 1 do Anexo Estatístico. Para não tornar por demais enfadonha a exposição, pretendemos aqui realizar apenas uma rápida apreciação panorâmica do seu desempenho, com base nos dados selecionados do Quadro 1.

Quadro 1
Estratificação social dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo (em %)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	9,2	11,5	8,0	7,3
Média classe média	15,2	15,4	11,1	13,6
Baixa classe média	37,0	32,9	37,3	43,8
Massa trabalhadora	23,9	23,0	29,7	28,1
Miseráveis	14,7	17,3	13,8	7,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Em nossa avaliação, um dos aspectos centrais diz respeito à estagnação ou encolhimento da alta e média classe média, com sério retrocesso nos anos noventa. De fato, ainda que a segunda camada tenha se expandido no ciclo recente, tanto em 2003 como em 2008 as proporções de ambas as camadas são inferiores àquelas que se observa em 1981 e 1989.

Como enfatizamos no ensaio já citado sobre a situação nacional, esta performance é bastante preocupante.

Nas condições brasileiras de precariedade dos serviços públicos, praticamente apenas a camada melhor situada tem pleno acesso ao que comumente entendemos por “padrão de vida de classe média”. Por exemplo, educação de melhor qualidade; planos de saúde abrangentes e com boa rede hospitalar e de profissionais; moradia em condições satisfatórias; e ainda os gastos com alimentação saudável, transporte particular, tratamento dentário, psicólogos, psiquiatras, academias de ginástica, cursos de idiomas, viagens, cultura, lazer, entretenimento e muitos outros itens.

Por sua vez, a situação de média classe média permite que, com razoável sacrifício, seus integrantes reproduzam um padrão de vida parecido com o da alta classe média, ainda que num nível inferior.

Assim, o baixo desempenho das oportunidades ocupacionais nos dois estratos superiores de classe média expressa um sério obstáculo estrutural à mobilidade social ascendente, com sérias implicações para seus integrantes e para aqueles que estão nas camadas inferiores, em particular para a baixa classe média.

O segundo traço marcante desta evolução social nos últimos anos reside na significativa redução dos miseráveis. Em nosso entendimento ela é resultado fundamentalmente dos impactos positivos no emprego e na renda que a retomada do crescimento econômico provocou, junto com a manutenção dos aumentos reais no salário mínimo – potencializados pela expansão do trabalho formal – e suas repercussões previdenciárias e assistenciais, bem como a ampliação dos programas governamentais de transferência de renda, notadamente o Bolsa Família.

Em 2003, a proporção de indivíduos ocupados que se encontrava na camada denominada de miseráveis é um pouco inferior àquela observada em 1981 e bem abaixo do nível de 1989. Em 2008 ela caiu quase que pela metade!

Como em 2008 a massa trabalhadora (pobre) se mantém num patamar próximo ao de 2003, a mais relevante repercussão do comportamento recente das outras camadas sociais será a expressiva ampliação da baixa classe média.

Contudo, temos insistido que consideramos, de fato, o padrão de vida usufruído por esta camada como um mero **simulacro** daquilo que nas condições brasileiras pode ser chamado de classe média.

No âmbito educacional, seus componentes apenas têm acesso a escolas públicas degradadas ou particulares com mensalidades mais baixas e de qualidade no mínimo duvidosa. Na saúde, se não contarem com um plano corporativo decente, dependem da rede pública deteriorada ou de planos de saúde baratos e precários. E esta precariedade estrutural se reproduz na habitação, transporte, segurança, alimentação, cultura, lazer, entretenimento e em todos os demais aspectos que efetivamente definem as condições de vida.

Se é fato que estão livres dos horrores da miséria e da pobreza, sua situação real seria melhor classificada como remediada e precária. Assim, em nosso entendimento, a conquista de um autêntico padrão de vida de classe média por parte deste amplo contingente populacional depende de dois requisitos fundamentais.

Em primeiro lugar necessitam de canais mais amplos para ingressar nas camadas superiores. O que passa por um novo padrão de desenvolvimento econômico

nucleado pela retomada da industrialização nos marcos da terceira revolução industrial e ambiental, e acompanhado de avanços equivalentes nos serviços produtivos.

Em segundo, dependem de que sejam criadas condições efetivas para melhorar de vida mesmo permanecendo nesta camada. O que, junto com melhores condições no mercado de trabalho, requer uma verdadeira revolução nos serviços públicos sociais, diante do estado de calamidade em que se encontram.

Ou seja, se passarem a contar com condições estruturalmente mais favoráveis, os avanços recém conquistados serão efetivados de fato e servirão de suporte para progressos mais consistentes, significando um importante e decisivo primeiro passo.

2 A ótica dos setores de atividade econômica

Antes de mais nada, é preciso ter em mente que, ao se analisar o comportamento da ocupação nos diversos setores econômicos desde 1981, deve-se levar na devida conta não apenas as tendências mais gerais da evolução do capitalismo contemporâneo, mas também as contingências derivadas das condições altamente desfavoráveis mencionadas logo na abertura deste ensaio.

Os primeiros dados selecionados para uma análise sumária são apresentados a seguir e as tabelas com todos os setores encontram-se no Anexo Estatístico.

Quadro 2
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo (em %)

Setores	1981	1989	2003	2008
Atividades agrícolas	11,0	7,7	5,0	4,6
Indústria de transformação	30,0	29,4	19,9	21,1
Comércio e reparação	15,1	16,9	19,8	18,4
Educação, saúde e serv. sociais	6,5	8,2	10,2	9,7
Atividades a empresas	3,2	3,8	6,2	7,1
Alojamento e alimentação	2,9	3,6	3,8	3,9
Serviços pessoais e recreativos	2,2	2,5	3,7	3,9
Outros serviços	1,8	1,8	3,0	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Como se observa, alguns traços são marcantes ao longo do período como um todo: de um lado destaca-se a contínua retração das ocupações agrícolas e na indústria de transformação; de outro, a expressiva expansão no comércio e reparação, na educação, saúde e serviços sociais, nas atividades a empresas, em alojamento e alimentação, nos serviços pessoais e recreativos e nos outros serviços.

Por outro lado, chama atenção que no ciclo expansivo recente a indústria avança na geração de oportunidades ocupacionais e retrai-se o comércio e reparação, evidenciando o papel potencialmente relevante que aquele setor ainda pode assumir na reconfiguração da estrutura ocupacional. Como veremos mais adiante, em termos absolutos esta relevância é ainda mais nítida.

Complementando esta primeira abordagem, apresenta-se no Quadro 3 a evolução dos rendimentos declarados.

Quadro 3
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
Renda média (R\$)*

Setores	1981	1989	2003	2008
Atividades agrícolas	699	899	911	989
Indústria de transformação	1.608	1.569	1.329	1.389
Comércio e reparação	1.375	1.743	1.092	1.194
Outros serviços	1.904	2.490	1.552	1.842
Alojamento e alimentação	1.160	1.372	838	1.035
Serviços pessoais e recreativos	1.003	1.432	1.085	1.208
Atividades a empresas	1.904	1.922	1.835	1.661
Educação, saúde e serv. sociais	1.928	1.778	1.841	1.849
Total	1.423	1.558	1.267	1.353

Fonte: PNAD/IBGE.

*Valores de out./2008, deflator:INPC corrigido/IPEA.

Constata-se que os rendimentos médios avançam entre os indivíduos que continuam ocupados nas atividades agrícolas, mas apresentam uma tendência declinante na indústria de transformação – com algum crescimento no período recente de expansão econômica.

Em praticamente todos os setores em que a ocupação cresceu relativamente, o comportamento dos rendimentos é o mesmo do que se verifica no conjunto dos indivíduos ocupados, ou seja, em 1989 superam os níveis de 1981, situam-se em patamar inferior antes do ciclo recente de crescimento econômico e crescem durante o mesmo. É o que ocorre no comércio e reparação, nos outros serviços, em alojamento e alimentação, nos serviços pessoais e recreativos e na educação, saúde e serviços sociais. Já nas atividades a empresas os rendimentos de 1989 superam ligeiramente os de 1981, mas caem de forma mais significativa no período recente.

O Quadro 4 apresenta os setores de atividade que em termos absolutos mais geraram ocupação no período 2003-2008. Como se observa, a indústria de transformação se destaca claramente e responde por 839 mil novos postos, que representam 28,3% do acréscimo total!

Curiosamente, o setor de atividades a empresas assume o segundo lugar, superando o comércio e reparação. Sem dúvida esta performance deve estar refletindo a prática generalizada da terceirização na indústria e demais setores.

Num patamar logo abaixo ficam o setores de transporte, armazenagem e comunicação e de construção civil, seguidos por diversas atividades ligadas aos serviços.

Quadro 4
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo (mil pessoas)

Setores	2003	2008	2008-03	Var.%	% Var.
Indústria de transformação	3.385	4.224	839	24,8	28,3
Atividades a empresas	1.070	1.451	381	35,6	12,8
Comércio e reparação	3.405	3.716	311	9,1	10,5
Transporte, armaz. e comunicação	986	1.279	294	29,8	9,9
Construção civil	1.176	1.445	268	22,8	9,0
Educação, saúde e serv. sociais	1.770	1.952	183	10,3	6,1
Outros serviços	528	704	176	33,3	5,9
Serviços pessoais e recreativos	637	805	168	26,4	5,7
Alojamento e alimentação	660	805	145	22,0	4,9
Total	17.155	20.126	2.970	17,3	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Uma outra forma de avaliarmos o desempenho dos setores de atividade econômica é verificar o quanto cada um contribui para a geração de oportunidades nas distintas camadas sociais. O Quadro 5 apresenta os destaques relativos à alta classe média.

Quadro 5
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
Alta classe média (em %)

Setores	1981	1989	2003	2008
Indústria de transformação	35,0	28,1	22,0	21,6
Educação, saúde e serv. sociais	10,3	9,5	17,4	17,4
Comércio e reparação	14,2	19,7	14,5	13,7
Atividades a empresas	5,7	5,3	12,1	11,4
Administração pública	5,3	4,8	6,8	7,5
Outros serviços	3,3	3,7	4,3	6,1
Setor financeiro	7,5	8,0	6,2	5,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Como se observa, ainda que tendencialmente venha perdendo participação, a indústria continua sendo a maior responsável pela geração de ocupações para a alta classe média.

Em segundo lugar e avançando fica o segmento de educação, saúde e serviços sociais, o único em que o setor público tem um peso agregado (e não apenas na alta classe média) equivalente ao setor privado, porém com rendimentos superiores.

De fato, em 2003 o total de ocupados deste segmento no setor público atingia o montante de 777 mil pessoas, com rendimentos médios de R\$ 1.625; e no setor privado somavam 773 mil, com R\$ 1.478. Já em 2008 passam a 870 mil no setor público (R\$ 1.710) e a 876 mil no privado (R\$ 1.562).

Em terceiro lugar fica o comércio e reparação, perdendo posição em relação a 1989. Em seguida e com grande crescimento vêm as atividades a empresas. Num patamar inferior ficam a administração pública e os outros serviços, também com expansão. Como último destaque, temos o setor financeiro, que vem se retraindo.

Em seguida, o Quadro 6 apresenta os dados mais expressivos correspondentes à média classe média.

Quadro 6
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
Média classe média (em %)

Setores	1981	1989	2003	2008
Indústria de transformação	37,1	32,1	19,4	22,8
Comércio e reparação	15,9	19,3	19,9	16,7
Educação, saúde e serv. sociais	8,4	10,2	16,1	14,5
Transporte, armaz. e comunicação	7,4	7,7	7,7	8,8
Administração pública	5,6	5,4	6,7	7,1
Atividades a empresas	3,0	2,9	8,1	6,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Nesta camada, a indústria, mesmo com retração ao longo do tempo, ainda mantém a primeira posição devido ao crescimento que apresentou no período recente de crescimento econômico. Em 2003 já havia sido ligeiramente ultrapassada pelo comércio e reparação, que recuou para a segunda posição em 2008.

Em terceiro lugar fica o segmento de educação, saúde e serviços sociais, que avança bastante em relação ao período anterior, mas que também se retrai em 2008. Por fim, a administração pública avança continuamente e as atividades a empresas apresentam relativo retrocesso em 2008, ainda que tenham alcançado um patamar significativamente mais elevado que o do início do período.

O Quadro 7 apresenta a seguir os setores que se destacam na geração de oportunidades para a baixa classe média.

Quadro 7
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
Baixa classe média (em %)

Setores	1981	1989	2003	2008
Indústria de transformação	33,7	34,3	22,0	24,1
Comércio e reparação	15,7	15,3	19,0	18,8
Educação, saúde e serv. sociais	7,1	8,9	11,5	9,6
Construção civil	10,5	8,0	8,0	8,5
Transporte, armazen. e comunicação	6,9	6,7	8,0	8,0
Atividades a empresas	3,1	3,5	6,3	7,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Nesta camada social a indústria igualmente assume no estado de São Paulo a primeira posição na geração de oportunidades. Da mesma forma, observa-se significativa redução no seu papel em relação ao início do período e um pequeno avanço em 2008.

O segundo lugar é ocupado pelo comércio e reparação, que no período mais recente assume um patamar mais elevado. Logo abaixo e com tendência ligeiramente crescente ficam os setores de educação, saúde e serviços sociais (que se retrai em 2008) e de transporte, armazenagem e comunicação. No mesmo nível situa-se a construção civil, com participação relativa bastante estável. Já o setor de atividades a empresas avança de forma bastante expressiva.

Em seguida, o Quadro 8 apresenta os dados correspondentes à massa trabalhadora.

Quadro 8
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
Massa trabalhadora (em %)

Setores	1981	1989	2003	2008
Comércio e reparação	14,9	17,0	20,9	19,4
Indústria de transformação	27,3	29,4	20,1	17,7
Serviços domésticos	10,2	8,4	12,4	14,9
Construção civil	8,2	7,3	8,3	7,8
Educação, saúde e serv. sociais	5,2	7,4	6,8	6,9
Atividades a empresas	3,5	4,2	5,1	6,8
Atividades agrícolas	17,8	11,3	7,8	6,5
Alojamento e alimentação	2,8	3,6	4,5	5,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

A primeira posição nesta camada de pobres fica com o comércio e reparação, com participação crescente ainda que apresente pequeno recuo em 2008. A indústria, que ocupava o primeiro lugar no início do período, perde este posto já em 2003. Em terceiro ficam os serviços domésticos, com avanços significativos no período recente.

Em seguida temos a construção civil e o segmento de educação, saúde e serviços sociais, relativamente estáveis; atividades a empresas, com crescimento contínuo; atividades agrícolas, retraindo-se expressivamente; e, por fim, alojamento e alimentação, em contínua expansão.

Para finalizar esta parte da exposição, o Quadro 9 apresenta os destaques setoriais relativos aos miseráveis.

Quadro 9
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
Miseráveis (em %)

Setores	1981	1989	2003	2008
Serviços domésticos	25,5	20,1	25,6	24,8
Comércio e reparação	13,6	15,9	22,1	20,5
Indústria de transformação	14,7	18,4	12,9	13,0
Atividades agrícolas	26,5	17,3	9,1	8,1
Serviços pessoais e recreativos	4,5	3,6	5,0	6,8
Construção civil	2,7	4,6	5,7	6,1
Alojamento e alimentação	3,9	5,8	5,4	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Como era de se esperar, entre os miseráveis a primeira posição é ocupada pelos serviços domésticos, com uma participação recente em torno dos 25%. Um pouco abaixo fica o comércio e reparação, que avança nos últimos anos ainda que com ligeiro recuo em 2008. Em terceiro lugar temos a indústria de transformação, acompanhada logo abaixo pelas atividades agrícolas que recuam de forma contínua e expressiva. Em seguida vêm os serviços pessoais e recreativos e a construção civil, ambos em expansão relativa. O último dos destaques fica com o setor de alojamento e alimentação, sem maiores oscilações.

3 A estratificação social da população paulista

Até aqui abordamos a situação social dos **indivíduos** ocupados. Agora, buscando uma aproximação da performance mais geral da sociedade paulista, vamos trabalhar com a estratificação do conjunto da população, a partir da estrutura familiar.

Ou seja, iremos contemplar não só os indivíduos ocupados, mas a totalidade dos membros das famílias.

Num primeiro momento as famílias serão estratificadas socialmente com base na posição que o membro melhor remunerado ocupa na estrutura ocupacional individual, independente de ser o chefe da família. Desta forma, não serão levados em conta outros indicadores usuais, tais como renda familiar per capita ou renda familiar total.

Esta forma de estratificação busca construir uma estrutura social mais sensível às mudanças conjunturais nas oportunidades ocupacionais, uma vez que as famílias melhoram de posição quando um de seus membros avança em relação aos demais familiares ocupados, e perdem posição quando piora a situação do membro melhor situado. Desta forma são ressaltados os movimentos de ascensão ou queda no interior das famílias, retratando melhor as condições potenciais para a mobilidade social.

Num segundo momento a estrutura social será ajustada pela renda per capita, de forma a fornecer uma indicação da evolução das condições de vida das famílias.

3.1 Critério do membro melhor situado

Apresentamos a seguir a estratificação da população paulista com base no membro familiar melhor situado. Em razão deste critério de estratificação, a pirâmide social das famílias tem um formato melhor do que aquele observado na estrutura dos indivíduos ocupados (Quadro 1). Ou seja, proporção menor de pessoas nos dois estratos inferiores e maior nos três estratos representativos da classe média.

Como registro, merece destaque o fato de que, em 2003, os dois segmentos de classe média melhor situados atingem, em conjunto, a proporção de 24,8% da população paulista, contra 36% em 1981 e 39,3% em 1989. Em 2008 este nível situa-se em 29,2%.

Em função do maior grau de desenvolvimento e diversificação das estruturas econômicas paulistas, estes níveis são significativamente superiores àqueles observados no conjunto do país. Para efeito de comparação, a proporção em âmbito nacional dos dois segmentos destacados alcança 16,5% em 2003 e 20,5% em 2008.

Retornando ao estado de São Paulo, observa-se que de 2003 a 2008 avança apenas a camada representativa da média classe média. Neste período também sobressai a magnitude atingida pela baixa classe média, bem como a retração dos estratos inferiores, notadamente dos miseráveis.

Quadro 10
Estratificação social da população paulista
(membro melhor situado - em %)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	14,1	17,6	10,5	10,5
Média classe média	21,9	21,7	14,3	18,7
Baixa classe média	43,5	37,0	42,0	48,5
Massa trabalhadora	15,6	16,5	22,9	18,8
Miseráveis	5,0	7,2	10,3	3,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Para ilustrar com maior clareza o significado desta evolução é útil examinarmos a variação absoluta dos diversos segmentos populacionais. Tal como procedemos no âmbito nacional, o efeito do crescimento populacional será isolado aplicando-se as proporções observadas nos diversos anos sobre a população de 2008. O Quadro 11 apresenta estas populações “atualizadas”.

Quadro 11
Estratificação social da população paulista “atualizada”
(membro melhor situado - mil pessoas)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	5.731	7.156	4.266	4.271
Média classe média	8.936	8.859	5.847	7.642
Baixa classe média	17.714	15.102	17.106	19.764
Massa trabalhadora	6.360	6.711	9.345	7.644
Miseráveis	2.022	2.936	4.200	1.443
Total	40.764	40.764	40.764	40.764

Fonte: PNAD/IBGE.

Dentre as diversas possibilidades de interpretarmos estes dados, optamos aqui por considerar a expansão das camadas superiores como o “espaço potencial” para a ascensão das camadas inferiores.

Por este raciocínio, as famílias de baixa classe média não tiveram nenhum espaço para avançar entre 2003 e 2008, uma vez que a alta classe média permaneceu praticamente inalterada (4.271 mil – 4.266 mil).

Por sua vez, a expansão de 1.800 mil pessoas nas duas camadas superiores representou um espaço potencial relativamente modesto de 10,5%, em cinco anos, para as 17.106 mil pessoas que em 2003 encontravam-se na baixa classe média.

Entretanto, nas camadas populares o quadro é bastante distinto.

De fato, na massa trabalhadora foram criadas no período oportunidades potenciais de ascensão para 4.458 mil das 9.345 mil pessoas que em 2003 se encontravam nesta camada, um notável espaço equivalente a 47,7% da população original.

Entre os miseráveis as oportunidades são ainda mais espantosas, uma vez que a expansão acumulada de 2.757 mil pessoas nas camadas superiores equivale a 65,6% do contingente de 4.200 mil pessoas em 2003.

Para finalizar a apresentação da estratificação social da população paulista com base neste primeiro critério, vamos distinguir em seguida a estrutura que se verifica na região metropolitana da grande São Paulo daquela observada nas demais localidades do estado.

Quadro 12
Estratificação social da população da região metropolitana
(membro melhor situado - em %)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	16,7	20,7	11,7	11,2
Média classe média	25,3	23,7	15,0	19,5
Baixa classe média	44,6	38,4	41,5	47,2
Massa trabalhadora	9,6	12,3	21,2	18,2
Miseráveis	3,8	4,8	10,7	3,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Quadro 13
Estratificação social da população das demais localidades
(membro melhor situado - em %)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	11,3	14,5	9,4	9,8
Média classe média	18,4	19,8	13,8	18,0
Baixa classe média	42,3	35,8	42,4	49,6
Massa trabalhadora	21,9	20,4	24,5	19,2
Miseráveis	6,2	9,5	10,0	3,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Como era de se esperar, na região metropolitana são maiores as proporções dos dois estratos familiares melhor situados, que em 2008 atingem 30,7% da população, contra 27,8% nas demais localidades.

Cabe mencionar que este nível de desagregação facultado pela PNAD oculta as estruturas mais avançadas das chamadas “metrópoles do interior”, tais como

Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto, que devem apresentar perfil semelhante ao da grande São Paulo.

Por outro lado, no período recente a baixa classe média assume uma maior proporção nas demais localidades.

3.2 Estrutura familiar ajustada pela renda per capita

Complementando as observações anteriores, vamos agora apresentar uma outra alternativa de estratificação social que leva em conta a renda per capita das famílias que foram classificadas pela posição do membro melhor remunerado.

Com este ajuste pela renda per capita objetiva-se fornecer uma indicação aproximada da condição média de vida destas famílias. Em poucas palavras, em cada ano do período considerado é calculada a renda familiar per capita dos cinco estratos sociais. Com base nestas médias são definidas linhas de corte para cada estrato, em cada ano, e as famílias são reclassificadas da seguinte forma: aquelas com renda per capita inferior a linha de corte são rebaixadas para o estrato correspondente, subindo aquelas com renda per capita superior.⁴

Apresenta-se a seguir as novas pirâmides sociais construídas a partir destes critérios.

Constata-se que em comparação com a estratificação baseada no membro melhor situado, a reclassificação com base na renda per capita diminui a proporção alta classe média e aumenta a da média classe média.

Por outro lado, diminui a baixa classe média e aumentam a massa trabalhadora e os miseráveis.

Quadro 14
Estratificação social da população paulista
(ajustado pela renda per capita - em %)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	9,9	10,5	6,9	6,9
Média classe média	26,9	26,8	18,5	23,2
Baixa classe média	32,8	29,9	28,9	34,4
Massa trabalhadora	19,7	20,7	24,4	25,4
Miseráveis	10,6	12,1	21,3	10,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

(4) Uma apresentação mais circunstanciada deste critério encontra-se no Texto para discussão, n. 151, Estratificação social no Brasil: o “efeito demográfico”, nov. 2008, p. 10. Disponível em: www.eco.unicamp.br.

Quadro 15
Estratificação social da paulista “atualizada”
(ajustado pela renda per capita - mil pessoas)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	4.041	4.283	2.830	2.814
Média classe média	10.957	10.934	7.539	9.449
Baixa classe média	13.379	12.197	11.786	14.040
Massa trabalhadora	8.048	8.422	9.939	10.364
Miseráveis	4.339	4.928	8.669	4.097
Total	40.764	40.764	40.764	40.764

Fonte: PNAD/IBGE.

Para ilustrar melhor estas diferenças, apresenta-se a seguir a variação das camadas sociais no período recente nas duas metodologias.

Quadro 16
Estratificação social da paulista “atualizada”
(ajustado pela renda per capita - mil pessoas)
2008-2003

Estratos sociais	Membro melhor situado	Ajustado pela renda per capita
Alta classe média	5	(16)
Média classe média	1.795	1.910
Baixa classe média	2.658	2.254
Massa trabalhadora	(1.701)	425
Miseráveis	(2.757)	(4.572)
Total	--	--

Fonte: PNAD/IBGE.

Como se observa, a distinção mais marcante localiza-se na redução bem mais significativa dos miseráveis quando se considera a renda per capita na estratificação social, envolvendo um impressionante contingente de 4,6 milhões de pessoas.

Este comportamento reforça a percepção generalizada de que no período recente ocorreu uma melhoria substancial nas condições de vida das famílias pior situadas na pirâmide social.

Para concluir, são apresentadas a seguir as diferenças entre as estruturas sociais vigentes na região metropolitana da Grande São Paulo e das demais localidades do estado.

Quadro 17
Estratificação social da população da região metropolitana
(ajustado pela renda per capita - em %)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	12,9	13,3	8,2	7,6
Média classe média	31,3	30,5	19,2	24,1
Baixa classe média	32,9	29,4	27,6	32,5
Massa trabalhadora	15,7	18,0	22,3	25,3
Miseráveis	7,1	8,8	22,8	10,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Quadro 18
Estratificação social da população das demais localidades
(ajustado pela renda per capita - em %)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	6,8	7,9	5,8	6,2
Média classe média	22,3	23,3	17,9	22,4
Baixa classe média	32,7	30,4	30,1	36,2
Massa trabalhadora	23,9	23,2	26,3	25,6
Miseráveis	14,3	15,2	19,9	9,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Observa-se que em 2008 a classe média da região metropolitana atinge a proporção de 11,2% na classificação pelo membro melhor remunerado e de 7,6% com o ajuste pela renda per capita. Nas demais localidades do estado estas proporções são de, respectivamente, 9,8% e 6,2%.

A média classe média da região metropolitana atinge 19,5% no primeiro critério e 24,1% no segundo. Nas demais localidades estas proporções passam a 18,5 e 22,4%.

Anexo Estatístico

Tabela 1
Estratificação social dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
(em %)

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	9,2	15,2	37,0	23,9	14,7	100,0
1982	10,0	14,3	36,6	25,5	13,6	100,0
1983	7,0	13,2	30,0	26,1	23,6	100,0
1984	6,7	11,4	30,7	25,3	26,0	100,0
1985	8,4	14,1	33,4	28,7	15,4	100,0
1986	13,5	19,5	38,2	19,3	9,5	100,0
1987	9,2	15,8	37,3	23,9	13,9	100,0
1988	9,6	13,5	34,3	25,5	17,1	100,0
1989	11,5	15,4	32,9	23,0	17,3	100,0
1990	9,2	14,8	35,3	23,0	17,7	100,0
1992	6,2	12,7	31,3	25,1	24,7	100,0
1993	6,9	11,7	30,6	26,6	24,2	100,0
1995	10,4	15,1	36,0	23,3	15,2	100,0
1996	11,9	15,1	39,0	21,4	12,6	100,0
1997	10,4	17,3	35,0	22,8	14,5	100,0
1998	10,2	17,3	35,4	22,6	14,5	100,0
1999	9,5	14,1	38,8	25,3	12,3	100,0
2001	9,7	14,2	36,2	27,0	12,9	100,0
2002	8,0	13,4	35,9	28,6	14,0	100,0
2003	8,0	11,1	37,3	29,7	13,8	100,0
2004	6,6	11,4	34,8	33,0	14,2	100,0
2005	7,5	12,4	38,1	32,4	9,6	100,0
2006	8,4	13,2	39,3	30,8	8,3	100,0
2007	8,8	14,9	41,8	27,5	6,9	100,0
2008	7,3	13,6	43,8	28,1	7,3	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 2
Estratificação social dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
(mil pessoas)

	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	973	1.597	3.896	2.514	1.548	10.527
1982	1.100	1.570	4.028	2.806	1.490	10.993
1983	780	1.464	3.318	2.890	2.618	11.069
1984	759	1.302	3.499	2.879	2.958	11.397
1985	1.025	1.718	4.066	3.494	1.874	12.177
1986	1.719	2.483	4.863	2.459	1.213	12.737
1987	1.186	2.032	4.811	3.078	1.790	12.898
1988	1.268	1.786	4.545	3.370	2.270	13.238
1989	1.560	2.092	4.454	3.112	2.339	13.558
1990	1.257	2.017	4.814	3.143	2.417	13.648
1992	869	1.779	4.367	3.506	3.453	13.973
1993	974	1.641	4.296	3.736	3.397	14.045
1995	1.544	2.239	5.356	3.469	2.260	14.867
1996	1.754	2.237	5.772	3.168	1.864	14.795
1997	1.559	2.592	5.249	3.419	2.175	14.995
1998	1.552	2.642	5.407	3.459	2.215	15.274
1999	1.467	2.192	6.009	3.921	1.915	15.504
2001	1.613	2.364	6.001	4.484	2.136	16.597
2002	1.364	2.291	6.133	4.892	2.398	17.077
2003	1.371	1.902	6.405	5.102	2.376	17.155
2004	1.168	2.003	6.145	5.817	2.510	17.644
2005	1.388	2.277	7.019	5.977	1.761	18.422
2006	1.600	2.511	7.489	5.869	1.582	19.051
2007	1.707	2.911	8.161	5.371	1.351	19.501
2008	1.479	2.732	8.809	5.646	1.460	20.126

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 3
Estratificação social dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
Renda média (R\$)*

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	6.244	2.223	1.015	466	148	1.423
1982	6.195	2.174	996	466	135	1.433
1983	6.165	2.174	1.000	471	191	1.190
1984	6.198	2.251	1.020	479	187	1.153
1985	6.456	2.240	1.010	451	154	1.350
1986	7.419	2.245	1.063	485	150	1.953
1987	6.694	2.226	1.020	488	175	1.487
1988	6.638	2.278	1.020	479	195	1.448
1989	6.714	2.114	975	460	191	1.558
1990	6.455	2.196	1.012	473	186	1.418
1992	6.032	2.176	1.015	471	177	1.131
1993	6.818	2.212	1.011	479	186	1.213
1995	6.602	2.185	1.024	483	150	1.519
1996	6.286	2.154	990	472	142	1.577
1997	6.721	2.239	1.022	519	161	1.585
1998	6.731	2.173	999	510	146	1.550
1999	6.345	2.233	1.009	490	178	1.453
2001	6.381	2.138	968	481	181	1.428
2002	6.752	2.303	1.012	498	201	1.382
2003	6.151	2.198	973	473	200	1.267
2004	6.113	2.242	998	492	210	1.199
2005	6.506	2.162	955	467	156	1.287
2006	6.272	2.161	958	478	155	1.348
2007	5.864	2.077	930	478	146	1.355
2008	6.372	2.227	980	504	170	1.353

Fonte: PNAD/IBGE

*Valores de out/2008, deflator:INPC corrigido/IPEA.

Tabela 4
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
(em %)

Setores	1981	1989	2003	2008
Atividades agrícolas	11,0	7,7	5,0	4,6
Outras atividades industriais	1,0	0,8	0,7	0,6
Indústria de transformação	30,0	29,4	19,9	21,1
Construção civil	7,4	6,5	6,9	7,2
Comércio e reparação	15,1	16,9	19,8	18,4
Setor financeiro	3,4	3,4	2,3	2,1
Outros serviços	1,8	1,8	3,0	3,5
Transporte, armaz. e comunicação	4,9	5,0	5,8	6,4
Alojamento e alimentação	2,9	3,6	3,8	3,9
Serviços pessoais e recreativos	2,2	2,5	3,7	3,9
Serviços domésticos	6,8	6,2	8,6	7,7
Atividades a empresas	3,2	3,8	6,2	7,1
Administração pública	3,8	4,2	4,2	3,6
Educação, saúde e serv. sociais	6,5	8,2	10,2	9,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 5
Distribuição setorial dos indivíduos ocupados
Estado de São Paulo
Renda média (R\$)*

Setores	1981	1989	2003	2008
Atividades agrícolas	699	899	911	989
Outras atividades industriais	2.307	2.368	2.038	2.023
Indústria de transformação	1.608	1.569	1.329	1.389
Construção civil	1.194	1.269	930	1.075
Comércio e reparação	1.375	1.743	1.092	1.194
Setor financeiro	2.536	2.662	2.252	2.338
Outros serviços	1.904	2.490	1.552	1.842
Transporte, armaz. e comunicação	1.753	1.954	1.434	1.442
Alojamento e alimentação	1.160	1.372	838	1.035
Serviços pessoais e recreativos	1.003	1.432	1.085	1.208
Serviços domésticos	342	364	429	520
Atividades a empresas	1.904	1.922	1.835	1.661
Administração pública	1.894	1.714	1.710	2.039
Educação, saúde e serv. sociais	1.928	1.778	1.841	1.849
Total	1.423	1.558	1.267	1.353

Fonte: PNAD/IBGE.

*Valores de out/2008, deflator:INPC corrigido/IPEA.

Tabela 6
Estratificação social da população
(membro melhor situado)
Estado de São Paulo (em %)

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	14,1	21,9	43,5	15,6	5,0	100,0
1982	15,2	20,8	43,5	16,1	4,3	100,0
1983	10,8	19,2	37,7	22,2	10,1	100,0
1984	10,2	16,9	40,1	22,1	10,7	100,0
1985	12,8	20,3	40,9	20,3	5,7	100,0
1986	21,1	27,7	39,0	9,5	2,8	100,0
1987	14,2	22,4	43,6	14,4	5,3	100,0
1988	14,4	19,4	40,5	17,9	7,8	100,0
1989	17,6	21,7	37,0	16,5	7,2	100,0
1990	13,9	20,6	41,7	15,8	8,1	100,0
1992	9,6	18,0	39,0	21,4	12,0	100,0
1993	10,0	16,8	38,1	22,8	12,3	100,0
1995	14,8	20,7	40,0	16,1	8,4	100,0
1996	17,0	20,3	41,4	13,5	7,8	100,0
1997	14,2	22,7	39,0	15,3	8,9	100,0
1998	13,8	22,5	38,9	16,0	8,8	100,0
1999	12,6	18,1	43,3	17,7	8,3	100,0
2001	12,8	18,2	40,4	19,4	9,2	100,0
2002	10,6	17,0	40,7	22,0	9,6	100,0
2003	10,5	14,3	42,0	22,9	10,3	100,0
2004	9,1	14,7	41,1	25,3	9,7	100,0
2005	10,2	16,8	43,8	24,6	4,6	100,0
2006	11,5	17,2	45,4	21,8	4,2	100,0
2007	12,0	19,8	46,0	18,9	3,4	100,0
2008	10,5	18,7	48,5	18,8	3,5	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 7
Estratificação social da população
(membro melhor situado)
Estado de São Paulo (mil pessoas)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	3.622	5.384	4.066	4.271
Média classe média	5.647	6.665	5.573	7.642
Baixa classe média	11.195	11.363	16.305	19.764
Massa trabalhadora	4.019	5.049	8.908	7.644
Miseráveis	1.278	2.209	4.004	1.443
Total	25.763	30.670	38.856	40.764

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 8
Estratificação social da população
(ajustado pela renda per capita)
Estado de São Paulo (em %)

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	Total
1981	9,9	26,9	32,8	19,7	10,6	100,0
1982	10,5	26,5	32,3	20,9	9,8	100,0
1983	7,9	22,3	29,6	23,7	16,5	100,0
1984	7,7	20,1	31,3	24,2	16,7	100,0
1985	9,1	24,1	32,3	22,5	11,9	100,0
1986	13,9	33,5	30,5	15,5	6,6	100,0
1987	9,6	27,0	32,9	20,4	10,1	100,0
1988	8,8	25,0	31,4	22,6	12,1	100,0
1989	10,5	26,8	29,9	20,7	12,1	100,0
1990	9,0	24,7	31,2	23,3	11,7	100,0
1992	7,0	20,2	30,5	23,5	18,8	100,0
1993	6,6	19,4	27,8	26,0	20,3	100,0
1995	9,6	24,2	31,5	21,1	13,5	100,0
1996	10,2	26,4	29,7	20,6	13,0	100,0
1997	9,2	24,7	31,2	21,3	13,5	100,0
1998	9,0	24,8	29,5	21,8	14,9	100,0
1999	8,5	22,1	30,2	23,0	16,3	100,0
2001	8,2	22,1	29,6	23,0	17,1	100,0
2002	7,5	20,2	29,2	23,9	19,2	100,0
2003	6,9	18,5	28,9	24,4	21,3	100,0
2004	6,4	18,1	28,8	26,4	20,3	100,0
2005	6,8	20,2	33,3	27,0	12,7	100,0
2006	7,8	22,0	31,5	27,4	11,3	100,0
2007	7,9	24,1	32,7	25,4	10,0	100,0
2008	6,9	23,2	34,4	25,4	10,1	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Tabela 9
Estratificação social da população
(ajustado pela renda per capita)
Estado de São Paulo (mil pessoas)

Estratos sociais	1981	1989	2003	2008
Alta classe média	2.554	3.222	2.698	2.814
Média classe média	6.925	8.226	7.186	9.449
Baixa classe média	8.455	9.177	11.235	14.040
Massa trabalhadora	5.086	6.337	9.474	10.364
Miseráveis	2.742	3.708	8.264	4.097
Total	25.763	30.670	38.856	40.764

Fonte: PNAD/IBGE.